

Processo nº (b): 21.870/10

Origem: Secretaria de Estado de Educação

Assunto: Auditoria de Regularidade

Ementa: Auditoria de Regularidade. Apreciação da regularidade do pagamento de parcelas remuneratórias do pessoal ativo da Secretaria de Educação, bem como dos reflexos da mudança de classe promovida pelos arts. 15 da Lei nº 4.075/07, 11 da Lei nº 3.318/04 e 3º da Lei nº 2.942/02, e da regularidade dos pagamentos aos servidores inativos e pensionistas, na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07.

Decisão nº 3.628/11: determinações. Prazo vencido sem manifestação da jurisdicionada.

Unidade Técnica sugere a reiteração dos termos da Decisão nº 3.628/11.

Voto convergente.

RELATÓRIO

O processo em apreço cuida da Auditoria de Regularidade que teve por objeto analisar o processamento da folha de pagamento dos servidores ativos, a regularidade, com ressalva, dos pagamentos empreendidos na forma da Decisão 77/07 aos inativos e pensionistas lotados na Secretaria de Educação, bem como os reflexos da mudança de classe praticada pelo art. 15 da Lei nº 4.075/07, art. 11 da 3.318/04 e art. 3º da Lei nº 2.942/02.

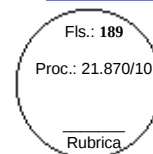
Nos termos da Decisão nº 3.628/11, fls. 167/170, o Tribunal, expediu determinações e recomendações à Secretaria de Educação.

A Unidade Técnica informa que até o momento não houve manifestação da jurisdicionada.

Entretanto, registra que na verificação do cumprimento dos itens do referido *decisum*, mediante consulta ao SIGRH, fls. 172/181 restou evidenciado a não adoção de medidas saneadoras por parte da jurisdicionada, ao menos no que diz respeito a algumas parcelas constantes de proventos ou de estipêndios pensionais de que tratam os casos arrolados no item VII da Decisão nº 3.628/11.



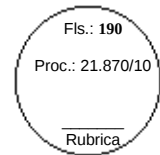
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



Observa, também, que não foram enviados ao Tribunal para análise os processos relativos à revisão de proventos do ex-servidor José Liberato de Souza, matrícula nº 78.925-9 (alínea c) e ao novo ato de aposentadoria de interesse de Maria das Graças Alt Faria, matrícula nº 0061270-7 (alínea t).

Por fim, sugere que se reitere a determinação à Secretaria de Estado de Educação.

É o Relatório.



VOTO

Acompanhando os termos da instrução, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I - determine à Secretaria de Estado de Educação, que, no prazo de 60 (sessenta) dias, cumpra o disposto na Decisão nº 3.628/11;

II – autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para as providências de sua alçada.

Brasília, 5 de fevereiro de 2013.

ANILCÉIA MACHADO
Conselheira-Relatora